

# Sumário

<b>Capítulo 1 ► Fundamentos para uma teoria da cooperação judiciária: a revolução que se avizinha .....</b>	<b>23</b>
<i>Antonio do Passo Cabral</i>	
1. Introdução.....	23
2. O que é cooperação judiciária? O princípio da cooperação abrange as interações entre os juízes?.....	25
2.1. Das interações indiretas e sem mutualidade à comitologia judicial: as diversas formas da cooperação transjudiciária .....	26
2.2. Procedimento. Iniciativa, tratativas preliminares, ajuste. Natureza consensual mas não negocial .....	28
3. Características da cooperação entre juízos: formação de uma comunidade judiciária, não coercitividade, informalidade e humanização .....	30
3.1. Ênfase na autonomia e criação de uma “comunidade judiciária”. Engajamento em torno de projetos comuns .....	30
3.2. Reconhecimento da alteridade e a influência como <i>medium</i> do exercício das competências. As relações não hierárquicas e não impositivas entre instâncias do Judiciário .....	32
3.3. Informalidade e humanização .....	38
3.4. Fundamento normativo para a cooperação judiciária no direito brasileiro .....	39
4. A normativa da cooperação judiciária .....	41
4.1. Preferência em relação aos mecanismos não cooperativos .....	41
4.2. Celeridade e unidade da jurisdição nacional .....	41
4.3. Instrumentalidade das formas. Concisão e informalidade da cooperação. O auxílio direto .....	42
5. Objeto da cooperação .....	45
6. Sujeitos da colaboração judiciária. Órgãos judiciais envolvidos. A rede nacional de cooperação judiciária. O juiz de cooperação e os núcleos de cooperação .....	47
7. Quem decide a discordância sobre a competência? Conflito de competência e o controle hierárquico e heterônomo da coordenação de competências .....	51
8. Conclusão .....	54
9. Referências .....	54
 <b>Capítulo 2 ► Fundamentos da cooperação judiciária nacional.....</b>	<b>61</b>
<i>Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão</i>	
1. Introdução.....	61

2. Princípios orientadores da cooperação judiciária nacional.....	62
3. Natureza jurídica.....	65
4. Fontes normativas .....	67
5. Alcance do instituto .....	69
6. Alteração e compartilhamento de competência na Cooperação Judiciária.....	72
6.1. A necessidade de uma nova compreensão sobre a competência.....	72
6.2. Prolação de decisões pelo juiz cooperante .....	76
7. Informalidade e documentação dos atos de cooperação .....	79
8. Conclusões .....	81
Referências.....	82

### **Capítulo 3 ► Notas introdutórias sobre a cooperação judiciária nacional..... 85**

*Edilton Meireles*

1. Introdução.....	85
2. Princípios constitucionais regentes das atribuições do juiz.....	85
3. Dos órgãos cooperantes e da sua formalização .....	87
3.1. Espécies de cooperação .....	89
3.2. Princípios da cooperação judiciária .....	93
4. Do objeto e dos atos de cooperação .....	94
4.1. Do auxílio direto.....	95
4.2. Da reunião ou apensamento de processo e da centralização de processos repetitivos .....	98
4.3. Prestação de informações .....	104
5. Atos concertados entre os juízes cooperantes.....	105
5.1. Prática de citação, intimação ou notificação de ato.....	105
5.2. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos.....	109
5.3. Efetivação de tutela provisória, de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial .....	110
5.4. Execução de decisão jurisdicional .....	111
6. Outros atos concertados.....	112
7. Conclusão .....	113
Referências.....	114

### **Capítulo 4 ► O papel do Conselho Nacional de Justiça na implantação da Cooperação Judiciária Nacional..... 117**

*Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro e Richard Pae Kim*

1. Introdução.....	117
--------------------	-----

2. Resenha histórica da cooperação judiciária nacional.....	119
3. A proposta de resolução e o futuro da cooperação judiciária.....	125
4. Considerações finais.....	127
5. Referências.....	128

**Capítulo 5 ► Cooperação entre juízos no Código de Processo Civil de 2015.....129**

*Gláucio Maciel Gonçalves e Alex Lamy de Gouvea*

Introdução.....	129
1. A cooperação jurídica internacional por auxílio direto: considerações gerais.....	131
2. A cooperação jurídica entre órgãos do Judiciário brasileiro no CPC.....	136
3. A cooperação jurídica internacional por auxílio direto e cooperação jurídica entre órgãos do Judiciário brasileiro são instrumentos de acesso à justiça civil no séc. XXI.....	141
Conclusões.....	142
Referências bibliográficas.....	143

**Capítulo 6 ► As múltiplas dimensões da cooperação judiciária na administração da justiça brasileira.....145**

*Antônio Gomes de Vasconcelos*

1. Introdução.....	145
2. Gênese do processo de construção conceitual e orgânica da cooperação judiciária nos sistemas jurídico e de justiça brasileiros.....	147
2.1. A matriz inspiradora.....	148
2.2. A singularidade do sistema judiciário brasileiro e a cooperação judiciária.....	151
3. A construção do sistema nacional de cooperação judiciária.....	153
4. O Sistema Nacional de Cooperação Judiciária.....	161
5. O conceito multidimensional da cooperação judiciária.....	163
5.1. Cooperação judiciária em administração da justiça.....	166
5.2. Cooperação judiciária processual.....	168
5.3. Cooperação em gestão judiciária.....	171
5.4. Cooperação judiciária em infraestrutura.....	172
5.5. Cooperação judiciária internacional.....	172
5.6. Cooperação judiciária por extensão (interinstitucional).....	174
6. Indicações empíricas emblemáticas.....	175
6.1. O sistema Integrado de Gestão Judiciária e Participação da Primeira Instância na Administração da Justiça Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais – SINGESPA/TRT-MG.....	175
6.2. Experiências emblemáticas de cooperação judiciária processual.....	177
7. Conclusão.....	179

**Capítulo 7 ► A atuação dos sujeitos processuais na cooperação judiciária nacional: entre o dever do juiz de realizar e o direito da parte de participar .....181**

*Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão*

1. Introdução.....	181
2. Dever de cooperação.....	182
2.1. Fundamentos para a recusa.....	184
2.2. A variação de intensidade do dever de cooperação.....	187
2.3. Consequências para a violação ao dever de cooperação.....	190
3. A participação das partes na construção da cooperação judiciária.....	191
4. Controle e impugnação da cooperação judiciária.....	194
5. Conclusões.....	197
Referências.....	198

**Capítulo 8 ► Potencialidades e limites da cooperação judiciária nacional..... 199**

*Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão*

1. Introdução.....	199
2. Elementos do modelo de cooperação judiciária do CPC/2015.....	200
3. Tipos de cooperação.....	201
3.1. Cooperação judiciária realizada mediante pedido.....	202
3.2. Cooperação judiciária por concerto entre os magistrados.....	203
3.3. Cooperação por delegação.....	204
4. Instrumentos de cooperação judiciária.....	205
4.1. As cartas e sua “preterição” no sistema aberto de instrumentos de cooperação judiciária.....	206
4.2. Auxílio direto.....	208
4.3. Reunião ou apensamento de processos.....	208
4.3.1. Reunião e apensamento de processos entre juízos com competências absolutas diferentes.....	210
4.3.2. Necessidade de critérios objetivos para definir quais processos serão reunidos ou apensados e perante qual juízo.....	211
4.4. Atos concertados entre os juízes cooperantes.....	214
5. Atos de cooperação judiciária.....	214
5.1. Prestação de informações.....	215
5.2. Prática de citação, intimação ou notificação de ato.....	215
5.3. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos.....	216
5.3.1. Suspensão do processo.....	217

5.4. Efetivação de medidas e providências para a recuperação e a preservação de empresas e a facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial.....	218
5.5. Centralização de processos repetitivos .....	219
5.6. Efetivação de tutela provisória e execução de decisão jurisdicional .....	221
6. Conclusões .....	224
Referências.....	225

## **Capítulo 9 ► Ato concertado e centralização de processos repetitivos .....227**

*Fredie Didier Jr.*

1. Conceito de cooperação judiciária nacional.....	227
2. Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação.....	227
3. Atos concertados: a cooperação negociada .....	229
4. Generalidades e legitimidade para celebração do ato concertado. A cooperação interinstitucional .....	229
5. Objeto da concertação.....	232
6. A centralização de processos repetitivos como objeto de concertação (art. 69, §2º, VI, CPC) .....	234
7. Ato concertado, centralização de processos repetitivos e modificação de competência ....	237

## **Capítulo 10 ► O ato concertado entre juízes cooperantes: esboço de uma teoria para o direito brasileiro .....243**

*Gabriela Macedo Ferreira*

1. Introdução.....	243
2. O princípio do juiz natural: uma nova compreensão focada na adaptabilidade das competências e na preservação de seu núcleo essencial .....	244
3. A cooperação judiciária nacional: instrumento desburocratizado da prática célere de atos judiciais fora da esfera de competência do juízo .....	248
3.1. “Multidistrict Litigation”: a criação americana de um painel para decidir se e como os casos serão transferidos para produção de atos em conjunto .....	253
3.2. A tipologia da cooperação judiciária nacional.....	255
4. A cooperação judiciária por solicitação.....	257
5. A cooperação judiciária por ato concertado entre juízes cooperantes (art. 69, § 2º do CPC).....	257
5.1. Natureza jurídica dos atos concertados entre juízes cooperantes: o ato concertado como negócio jurídico processual.....	259
5.2. O objeto do ato concertado entre juízes cooperantes.....	264
5.2.1. Os atos concertados para produção de prova: demonstrando a utilidade prática do tema .....	266

5.2.2. Os atos concertados e a alteração de competência para julgamento: uma nova hipótese legal de alteração de competência.....	268
5.3. Os atos concertados e sua impugnação.....	275
6. Conclusão.....	277
7. Referências.....	278

**Capítulo 11 ► Os atos concertados entre juízos cooperantes e o compartilhamento de competências jurisdicionais: a cooperação judiciária nacional e seus reflexos para o sistema de competências.....283**

*Maria Gabriela Campos*

1. Introdução.....	283
2. A cooperação judiciária nacional instituída pelo CPC-2015.....	284
3. Alguns atributos que informam a cooperação judiciária nacional.....	286
3.1. Eficiência como baliza das interações judiciárias.....	286
3.2. Foco no estímulo à formação de uma rede judiciária de cooperação, permeada pela consensualidade.....	287
3.3. Informalidade, flexibilidade e atipicidade da cooperação judiciária nacional.....	288
4. Tipologia da cooperação judiciária nacional: a proposta de Fredie Didier Jr.....	289
5. A natureza negocial do ato concertado: nossa posição.....	290
6. Especificamente sobre os atos concertados e suas potencialidades.....	291
7. Repensando o sistema de competências a partir do paradigma da cooperação nacional.....	293
7.1. Flexibilização e gestão da competência: o princípio da competência adequada como premissa.....	293
7.2. O compartilhamento de competências jurisdicionais decorrente do concerto de atos entre os juízos cooperantes.....	297
8. Conclusões.....	299
9. Referências.....	300

**Capítulo 12 ► A participação das partes no ato concertado entre juízos cooperantes à luz da Resolução nº 350/2020 do CNJ.....303**

*América Cardoso Barreto Lima Nejaim*

1. Introdução.....	303
2. Princípios basilares da cooperação judiciária.....	304
2.1. O Princípio da Eficiência Processual para uma prestação jurisdicional econômica, célere e qualificada.....	304
2.2. Princípio da Adequação do Processo ou Adaptabilidade do Procedimento no CPC/2015 – Diretrizes para a concretização da cooperação judiciária.....	311
3. A cláusula geral da cooperação judiciária nacional no CPC.....	314
4. A Resolução nº 350/2020 do CNJ.....	327

5. O ato concertado entre juízos cooperantes: cooperação judiciária negociada .....	329
6. O Diálogo entre Juízos cooperantes e as Partes do processo no ato de concertação: colaboração processual para a supercooperação Judiciária .....	336
7. Conclusão .....	342
Referências bibliográficas .....	344

**Capítulo 13 ► Disposição de competência decisória por ato concertado entre juízes cooperantes ..... 349**

*Murilo Teixeira Avelino*

Prólogo .....	349
1. A estruturação da cooperação judiciária nacional .....	351
1.1. Sujeitos da cooperação .....	352
1.2. Tipos de cooperação .....	354
1.3. Instrumentos ou meios de cooperação .....	355
1.4. Atos em cooperação .....	357
2. Ato concertado (instrumento) e alteração de competência (objeto) .....	358
2.1. O ato concertado entre juízes cooperantes .....	359
2.2. Reunião ou apensamento de processos .....	360
2.3. Centralização de processos repetitivos .....	362
3. Disposição de competência por ato concertado .....	364
3.1. Diretrizes para a modificação de competência por ato concertado .....	369
Conclusão .....	373
Bibliografia .....	374

**Capítulo 14 ► Deslocamento de competência absoluta por cooperação judiciária ..... 377**

*Edilton Meireles*

1. Introdução .....	377
2. Da reunião, apensamento ou centralização de processos por cooperação judiciária .....	377
3. Juiz natural e deslocamento de competência por cooperação .....	383
4. Deslocamento da competência absoluta .....	389
4.1. Precedentes legislativos de modificação da competência absoluta definida constitucionalmente .....	394
4.2. Precedentes jurisprudenciais de flexibilização da competência absoluta constitucional .....	396
5. Deslocamento de competência absoluta por ato de cooperação judiciária .....	399
6. Conclusão .....	410
Referências .....	410

**Capítulo 15 ► Gestão cooperativa da competência adequada e a versatilidade no tratamento de demandas interligadas..... 419**

*Guilherme Kronenberg Hartmann*

1. Cooperação judiciária nacional e o CPC/2015 .....	419
2. Competência adequada.....	421
3. Convergência da cooperação judiciária nacional ao tema da competência adequada na versatilidade de tratamento de demandas interligadas .....	425
3.1. Enredo sobre a adequação da modificação legal da competência .....	426
3.2. Versatilidade dos métodos de cooperação judiciária no tratamento de demandas interligadas .....	429
Considerações finais .....	435
Bibliografia .....	436

**Capítulo 16 ► Critérios para alteração de competência por cooperação judiciária... 439**

*Edilton Meireles*

1. Introdução.....	439
2. Da reunião, apensamento ou centralização de processos por cooperação judiciária.....	439
3. Juiz natural e deslocamento de competência por cooperação .....	445
4. Reunião das execuções fiscais .....	451
5. Critérios para definição da competência. Competência adequada ( <i>forum non conveniens</i> ).....	454
5.1. Conveniência do Poder Judiciário.....	461
5.1.1. Eficiência .....	461
5.1.2. Economia processual.....	463
5.1.3. Igualdade de tratamento .....	463
5.2. Posição jurídica das partes envolvidas .....	464
5.2.1. Lugar de residência ou domicílio.....	464
5.2.2. Local onde ocorreu o fato.....	465
5.2.3. Local da produção da prova.....	465
5.2.4. Vantagens processuais.....	466
5.2.5. Lei aplicável.....	467
5.3. Estrutura orgânica e funcional do juízo para processamentos dos feitos.....	467
5.3.1. Natureza da causa.....	468
5.3.2. Estrutura orgânica do órgão judicante .....	469
5.3.3. Perfil do magistrado.....	470
6. Considerações parciais.....	477
7. Conclusão.....	479
Referências.....	480

**Capítulo 17 ► Tutela coletiva, cooperação e transfederalismo: compartilhando problemas e soluções ..... 489**

*José Arthur Castillo de Macedo e Thaís Amoroso Paschoal*

Introdução .....	489
1. O caso Rio Doce .....	490
2. Transfederalismo .....	493
3. Cooperação judiciária nacional: superando as dificuldades da divisão estática de competências em ações coletivas e incentivando a cooperação federativa .....	497
Conclusão .....	504
Referências bibliográficas .....	505

**Capítulo 18 ► A cooperação nacional como mecanismo de coletivização: algumas questões preliminares..... 509**

*Sérgio Cruz Arenhart e Gustavo Osna*

1. Notas Introdutórias.....	509
2. Da Cooperação à Coletivização: um Caminho de Flexibilidade.....	510
2.1. A Cooperação Nacional como Meio de Coletivização .....	510
2.2. A Concertação como Substituto da Ação Coletiva: Breves Ponderações.....	515
2.3. A Concertação de Atos Probatórios e a Tutela Coletiva na Realidade Brasileira.....	520
3. Possibilidades e Caminhos para a Coletivização Mediante Concertação .....	522
3.1. Além da Produção Probatória: a Concertação de Atos para o Acertamento de Questões .....	522
3.2. Declarações de Fato e Vinculatividade Coletiva.....	525
3.3. O caso específico da execução coletiva .....	534
4. Considerações Finais – Todo fim de uma jornada é o começo de uma nova.....	536

**Capítulo 19 ► Notas sobre a centralização de processos repetitivos no contexto da cooperação judiciária nacional.....537**

*Alexandre Freitas Câmara e Ricardo Menezes da Silva*

1. Introdução.....	537
2. Do microsistema de causas repetitivas.....	538
3. Da exigência de centralização de causas repetitivas .....	541
4. Da centralização de causas repetitivas como hipótese de conexão .....	544
5. Do momento da centralização de processos.....	548
6. Do regime não representativo .....	550
7. A centralização de processos e os demais institutos de tratamento de feitos repetitivos..	555
8. Conclusão .....	558

**Capítulo 20 ► Centralização de processos e cooperação judiciária: terceiro mecanismo de resolução de casos repetitivos.....559**

*Isadora Passos Amaral Viana*

1. Introdução.....	559
2. A cooperação judiciária nacional.....	560
2.1. A cooperação judiciária nacional na legislação processual.....	560
2.2. Conceito, classificação e natureza dos atos de cooperação judiciária.....	561
3. A massificação dos conflitos e a repetição da discussão de uma mesma questão no Judiciário brasileiro.....	564
4. Instrumentos de tutela de situações jurídicas coletivas.....	566
4.1. As ações coletivas.....	566
4.2. As técnicas de solução de casos repetitivos.....	567
5. A centralização de processos repetitivos.....	569
5.1. Noção.....	569
5.2. A centralização de processos como terceiro mecanismo integrante do microsistema de julgamento de casos repetitivos.....	569
5.2.1. A centralização de processos repetitivos e o problema da repetição das questões de fato.....	571
5.2.2. Harmonia entre a centralização de processos prevista no art. 69, § 2º, VI, do CPC e as normas gerais do microsistema de resolução de casos repetitivos.....	572
5.2.3. Possibilidade de ajustes, mediante concerto, de acordo com as peculiaridades dos processos.....	575
5.3. Proposta de procedimento de centralização de processos repetitivos como mecanismo de resolução centralizada de questão de fato.....	575
5.3.1. Instauração.....	576
5.3.2. Providências após a instauração.....	577
5.3.3. Vinculação da premissa fática estabelecida.....	580
5.4. Relações entre a centralização de processos repetitivos e os demais instrumentos de tutela coletiva.....	580
6. Considerações finais.....	581
Referências.....	582

**Capítulo 21 ► Centralização de questão de fato para produção conjunta da prova e grau de vinculatividade fática entre demandas.....585**

*Daniela Bermudes Lino*

1. Notas introdutórias. O problema: quando demandas são suficientemente semelhantes para que se possa dar às questões comuns entre elas um tratamento conjunto?.....	585
--	-----

2. Formas pelas quais é possível evitar decisões contraditórias sobre questões comuns: reunião de demandas e centralização de questões – a produção conjunta da prova como técnica de centralização de questão de fato .....	588
3. O “fato comum” que autoriza a produção unificada da prova e os graus de vinculatividade fática entre demandas.....	594
3.1. Alegações fáticas e temas de prova – quais “fatos comuns” podem ser provados? ...	594
3.2. Graus de vinculatividade fática entre demandas e as relações de conexão e afinidade: fato como elemento concreto, tipos de fato e o “fato comum”.....	597
3.3. Quando não é recomendável a centralização de questão de fato para a produção conjunta da prova de fato comum?.....	601
4. Síntese.....	603
Bibliografia .....	604

**Capítulo 22 ► O conflito de competência no âmbito da cooperação judiciária nacional.....607**

*Leonardo Carneiro da Cunha*

1. Apresentação da hipótese a ser examinada .....	607
2. Cooperação judiciária nacional.....	608
3. O compartilhamento de competência como medida que concretiza o princípio da eficiência .....	610
4. O conflito de competência e sua natureza jurídica .....	611
5. Hipóteses de conflito de competência.....	613
5.1. Noções gerais .....	613
5.2. Conflito positivo .....	613
5.3. Conflito negativo .....	614
5.4. Controvérsia acerca da reunião ou da separação de processos .....	615
5.5. Legitimidade para suscitar o conflito .....	616
6. Conflito de competência em compartilhamento por atos concertados.....	618
7. O compartilhamento de competência como meio para prevenir ou evitar o conflito de competência .....	621
8. O compartilhamento de competência como meio para solucionar o conflito de competência.....	622
9. Conclusões .....	623
10. Referências .....	623

**Capítulo 23 ► Cooperação judiciária nacional e conflito de competência.....625**

*Edilton Meireles*

1. Introdução.....	625
2. Da reunião para evitar decisões conflitantes ou contraditórias.....	626

3. Da reunião, apensamento ou centralização de processos por cooperação.....	630
4. Do conflito de competência.....	641
5. Conclusão.....	644
Referências.....	644

**Capítulo 24 ► Do conflito entre atos concertados de cooperação judiciária e negócios processuais celebrados pelas partes..... 647**

*Leandro Fernandez*

1. Introdução.....	647
2. Da cooperação judiciária nacional.....	648
2.1. Das cartas ao modelo cooperativo flexível.....	648
2.2. Compreensão analítica e fundamentos da cooperação judiciária.....	652
2.3. Tipos, instrumentos e atos de cooperação.....	655
2.4. A atipicidade na cooperação judiciária.....	659
2.5. <i>Amicus curiae</i> e cooperação judiciária. a reconfiguração do papel do <i>amicus curiae</i> pela Resolução n.º 350/20 do CNJ.....	661
2.6. Cooperação interjudiciária e interinstitucional.....	662
2.7. O ato concertado de cooperação judiciária.....	667
2.8. Da revisão de atos concertados de cooperação.....	669
3. Dos negócios jurídicos processuais.....	670
3.1. Contornos conceituais.....	670
3.2. Os negócios jurídicos processuais na estrutura do direito fundamental de ação. Negócios processuais como competências.....	673
3.3. Do controle pelo juiz. Da invalidade dos negócios processuais.....	675
4. Do conflito entre atos concertados de cooperação e negócios processuais celebrados pelas partes.....	678
5. Do controle dos atos concertados de cooperação judiciária.....	685
6. Conclusões.....	691
Referências bibliográficas.....	691

**Capítulo 25 ► Em busca da cognição adequada: as transferências e delegações cognitivas..... 695**

*Fernanda Vogt*

1. Introdução.....	695
2. Por uma cognição adequada: quem pode conhecer melhor?.....	696
3. Premissas para a cognição adequada: a dupla faceta da eficiência.....	700
4. Atos concertados entre juízos cooperantes: transferência cognitiva para outros juízes que possuem conhecimento sobre temas específicos.....	702

5. Conhecimento privado e características pessoais do juiz como elementos para a cognição adequada. A escolha do juiz por convenção das partes.....	707
6. A cognição voltada à influência de outros centros subjetivos.....	710
7. Delegações cognitivas: o exemplo dos processos estruturais.....	713
8. Conclusão.....	716
9. Referências bibliográficas.....	717

<b>Capítulo 26 ► Ainda sobre o gerenciamento processual adequado de demandas estruturantes formalmente individuais a partir da cooperação judiciária nacional: como evitar o “efeito da vítima identificada” ou o “efeito do processo com rosto” e outros vieses – contribuições da análise institucional, da neurociência e da economia comportamental.....</b>	<b>721</b>
--	------------

*Felipe Barreto Marçal*

Introdução.....	721
1. Necessidade de entender alguns processos formalmente individuais como materialmente estruturantes (policêntricos ou multifocais).....	722
2. Contribuições da análise institucional para o gerenciamento adequado: um diálogo com o Direito Público.....	725
3. Contribuições da psicologia cognitiva, da neurociência e da economia comportamental: os vieses do “processo com rosto” sobre os agentes (“efeito da vítima identificada” e outros vieses).....	728
4. Sugestões concretas para minimização dos vieses cognitivos e otimização do gerenciamento processual estruturante.....	735
Conclusão.....	741
Referências Bibliográficas.....	742

<b>Capítulo 27 ► Técnicas de cooperação judiciária nacional aplicadas a processos estruturais.....</b>	<b>749</b>
--	------------

*Gustavo Cavalcanti Lamêgo*

1. Introdução.....	749
2. A teoria dos processos estruturais.....	750
3. A cooperação judiciária nacional.....	752
4. O uso de técnicas de cooperação judiciária em processos estruturais.....	755
4.1. Noções gerais.....	755
4.2. A cooperação judiciária nacional como instrumento de condução dialógica dos processos estruturais.....	756
4.2.1. O diálogo institucional na condução de processos estruturais.....	757
4.2.2. A cooperação judiciária como instrumento de concretização do princípio da publicidade nos litígios estruturais.....	760

4.3. A conexão probatória nos processos estruturais .....	764
4.4. A centralização de processos .....	768
5. Conclusão .....	770
6. Referências .....	771

**Capítulo 28 ► A cooperação judiciária nacional como instrumento de descentralização da execução.....775**

*Juliana Melazzi Andrade*

1. Introdução.....	775
2. Cooperação interinstitucional por delegação.....	775
3. Alguns exemplos da colaboração de agentes privados ao exercício da função jurisdicional.....	780
4. Cooperação por delegação a agentes privados no processo de execução .....	783
4.1. A natureza privada é incompatível com a cognição executiva? Alguns parâmetros e limites para a cooperação de agentes privados ao processo de execução.....	785
5. Conclusão .....	793
6. Referências .....	793

**Capítulo 29 ► O novo sentido da jurisdição na Estratégia do Poder Judiciário Nacional: a institucionalização da cooperação judiciária como estratégia de administração de justiça: o caso Singespa (TRT-MG)..... 799**

*Antônio Gomes de Vasconcelos*

1. Introdução.....	799
2. A Estratégia do Poder Judiciário nacional e seus fundamentos.....	804
O percurso da estratégia .....	809
Reformulação estratégica e neoparadigmática do sentido da jurisdição.....	815
3. Adequando a estrutura à estratégia: o Sistema Integrado de Participação da Primeira Instância na Gestão Judiciária e na Administração da Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região (SINGESPA/TRT3).....	819
3.1. SINGESPA: princípios, estrutura, objetivos, funcionamento .....	822
4. Conclusão .....	837
5. Bibliografia .....	841

**Capítulo 30 ► A concretização do princípio da eficiência no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região: experiências de cooperação judiciária ..... 843**

*Andréa Presas Rocha*

1. Introdução.....	843
--------------------	-----

2.	O princípio da eficiência, o princípio da cooperação e o dever de cooperação.....	844
3.	Elementos da cooperação judiciária nacional.....	846
3.1.	Atos concertados e objeto da concertação.....	848
4.	O princípio da eficiência e sua manifestação prática.....	850
4.1.	O sistema PJe.....	850
4.2.	O Sistema de Designação de Oitivas por Videoconferência (Sisdov).....	851
4.3.	Comunicações judiciais por Whatsapp .....	852
4.4.	O Sistema de Execução Integrada (SEI) e a pesquisa patrimonial por Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (OJAFs).....	852
5.	Experiências de cooperação judiciária .....	853
5.1.	Protocolos institucionais .....	854
5.2.	A Coordenadoria de Execuções e Expropriação (CEE) e os Procedimentos de Reunião de Execuções (PREs).....	854
5.3.	Os leilões unificados.....	856
5.4.	Os Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSCs) de 1º e 2º graus.....	857
5.5.	O mutirão para julgamento.....	858
5.6.	O projeto para tratamento do arquivo provisório .....	858
6.	As múltiplas facetas dos atos de cooperação: exemplos práticos possíveis .....	859
7.	Conclusão.....	861
	Referências.....	862

**Capítulo 31 ► Cooperação judiciária nacional, recuperação judicial e alguns aspectos da proteção do patrimônio da sociedade recuperanda ..... 863**

*Pedro Fernandes Rohenkohl*

1.	Introdução.....	863
2.	Cooperação judiciária nacional.....	864
2.1.	Breve histórico e conceito .....	864
2.2.	Normas fundamentais e cooperação judiciária .....	865
2.3.	Características da cooperação judiciária nacional.....	868
2.4.	Tipologia, instrumentos e objeto do ato de cooperação .....	869
2.5.	O livre trânsito das hipóteses do §2º do art. 69 do CPC – possibilidade de cooperação para preservação de empresas em qualquer tipo, instrumento e ato....	870
2.6.	O rol exemplificativo do art. 69, §2º, do CPC e seus desdobramentos para a cooperação para preservação de empresas.....	872
3.	Recuperação judicial.....	874
3.1.	Conceito e noções acerca da Recuperação Judicial.....	874
3.2.	A Recuperação Judicial como processo coletivo e a cooperação judiciária nacional...	876

3.3. A universalidade do juízo da recuperação, execuções envolvendo patrimônio da recuperanda e a cooperação judiciária nacional.....	877
4. Aspectos práticos da cooperação judiciária para proteção ao patrimônio da sociedade recuperanda .....	878
4.1. Ilustração da problemática com a análise pontual da recuperação judicial do Grupo Oi-Telemar e do Grupo Odebrecht .....	878
4.2. A discussão acerca da execução fiscal em face das sociedades em recuperação judicial – atos de constrição do patrimônio.....	884
4.3. Lei nº 14.112/2020 e as mudanças na constrição de bens decorrente de execução fiscal – primeiras linhas .....	886
5. Conclusão .....	889
Referências bibliográficas .....	890
<b>Anexos.....</b>	<b>893</b>
I. Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis sobre cooperação judiciária ...	893
II. Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça .....	894
Anexo I da Resolução nº 350, de 27 de outubro de 2020 – Modelo exemplificativo de pedido de cooperação por auxílio direto .....	904
Anexo II da Resolução nº 350, de 27 de outubro de 2020 – Modelos exemplificativos de despachos conjuntos.....	905
Anexo III da Resolução nº 350, de 27 de outubro de 2020 – Modelo exemplificativo de ato concertado .....	909